

Os indicadores sobre a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis: um estudo acerca dos resultados do ENC e do Exame de Suficiência

Claudinei De Lima Nascimento

Marcos Antônio De Souza

Resumo:

Questiona-se, neste estudo, quais os resultados alcançados no ENC e no Exame de Suficiência pelos cursos de Ciências Contábeis e qual nível de qualidade pode ser atribuído a eles com base nestes resultados. Foram coletados dados dos resultados dos referidos exames de 16 cursos de graduação oferecidos na região norte do estado do Paraná. Além disso, foram feitas entrevistas com todos os coordenadores desses cursos. A pesquisa é classificada como quali-quantitativa e os resultados dos exames indicam que os cursos possuem qualidade insuficiente.

Área temática: *Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos*

Os indicadores sobre a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis: um estudo acerca dos resultados do ENC e do Exame de Suficiência

Claudinei de Lima Nascimento (Faculdade Metropolitana de Maringá) claudiolima911@hotmail.com

Marcos Antonio de Souza (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) jumapa@mercado.unisinos.br

RESUMO

Questiona-se, neste estudo, quais os resultados alcançados no ENC e no Exame de Suficiência pelos cursos de Ciências Contábeis e qual nível de qualidade pode ser atribuído a eles com base nestes resultados. Foram coletados dados dos resultados dos referidos exames de 16 cursos de graduação oferecidos na região norte do estado do Paraná. Além disso, foram feitas entrevistas com todos os coordenadores desses cursos. A pesquisa é classificada como quali-quantitativa e os resultados dos exames indicam que os cursos possuem qualidade insuficiente.

Palavras chave: Educação; Ensino Contábil; Qualidade; Profissão Contábil

Área Temática: Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos

1 Introdução

O ingresso cada vez maior de pessoas no ensino superior tem sido resolvido com a participação do capital privado. Para ilustrar isso, basta verificar que o acesso à educação superior foi ampliado pelo crescente número de instituições de ensino particular que, autorizadas pelo governo, passaram a oferecer à sociedade, nas últimas décadas, a oportunidade da educação superior, até então ocorrida de forma predominante pelo número de vagas ofertadas pelo governo nas instituições públicas do país.

Na área da Contabilidade, de acordo com o MEC/INEP (2004a), enquanto que em 1996 havia 384 cursos de Ciências Contábeis no Brasil, em 2002 havia 641 cursos, dos quais 515 (80%) eram em instituições privadas. Quanto ao número de alunos matriculados em tais cursos em 2002, de um total de 147.475 alunos, 112.342 (76%) estavam em instituições particulares. Os contadores, no Brasil, formam-se predominantemente em instituições privadas.

É motivo de discussão se a iniciativa privada está preparada e estruturada para cumprir com a missão de concentrar a construção do conhecimento humano, conciliando o acesso e a qualidade de ensino. Para garantir tal cumprimento, o governo instituiu a Lei nº 9.131, de 1995, criando o ENC, como um dos elementos da prática avaliativa e com o objetivo de subsidiar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação.

A preocupação com a qualificação profissional do futuro contador fez o CFC, instituir, por meio da Resolução CFC nº 853/99, o Exame de Suficiência como requisito para a obtenção do registro profissional junto ao CRC, com o objetivo de aferir a existência de um conjunto mínimo de conhecimentos necessários ao exercício profissional de contador.

Os dois critérios de avaliação, da qualidade dos cursos e da qualidade do profissional contábil, são tidos como indicadores de qualidade dos cursos de Ciências Contábeis. Portanto, se os objetivos de ambos os exames são avaliar tanto a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis quanto à qualificação do profissional contábil, formula-se, então, para este estudo, o seguinte problema de pesquisa:

Quais os resultados alcançados no ENC e no Exame de Suficiência pelos cursos de Ciências Contábeis e qual nível de qualidade pode ser atribuído a eles com base nestes resultados

O objetivo geral desta pesquisa é aferir a qualidade com que o ensino de Ciências Contábeis está sendo praticado pelas instituições de ensino superior, regularmente estabelecidas. Acredita-se que o alcance de tal objetivo é possível utilizando como indicadores os resultados do ENC, aplicado aos alunos formandos dos cursos de Ciências Contábeis e promovido pelo MEC, e os resultados do Exame de Suficiência, aplicado aos bacharéis formados como requisito para obtenção do registro junto ao CRC.

Dada a natureza do problema a ser resolvido pela pesquisa e sua amplitude, é formulada a suposição de que, considerando os resultados do ENC e do Exame de Suficiência, os cursos de Ciências Contábeis, predominantemente, possuem qualidade insuficiente para a formação adequada de profissionais habilitados para o ambiente econômico e social atual.

Este estudo abrange os cursos de Ciências Contábeis autorizados e reconhecidos na região norte do Estado do Paraná, quando se tratar dos resultados do ENC, e os bacharéis em Ciências Contábeis, quando se tratar dos resultados do Exame de Suficiência. Excluem-se, portanto, os cursos de Contabilidade que não foram reconhecidos pelo MEC, e os técnicos em Contabilidade, em função do objetivo da pesquisa que trata dos cursos de nível superior.

A qualidade será aferida com base nos resultados encontrados no ENC realizado em 2002 e 2003, e no Exame de Suficiência realizado de 2000 a 2004. Não cabe a esta pesquisa questionar ou debater sobre a validade destas avaliações, ou seja, sobre suas virtudes ou problemas ou, ainda, sobre a eficiência com que as avaliações são aplicadas ou sobre a eficácia com que os resultados são utilizados pelos órgãos responsáveis pelas avaliações.

Este estudo busca contribuir com as IES, professores, coordenadores de cursos, alunos de graduação e pós-graduação, membros do MEC, do CFC e dos CRCs, pesquisadores da área de ensino e com a sociedade em geral, no sentido de fornecer elementos para uma reflexão crítica sobre a atual qualidade do ensino contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2 O Exame de Suficiência

Para o exercício profissional de Contabilidade, o contador deve registrar-se no CRC. Para obter este registro ele deve participar do Exame de Suficiência, que foi instituído pela Resolução CFC nº 853, de 1999, e que vem sendo realizado, com essa finalidade, desde 2000, duas vezes por ano.

Iudícibus e Marion (1986) já apontavam como uma das deficiências do ensino contábil a falta de Exame de Suficiência em âmbito nacional para o exercício profissional. A instituição desse exame veio atender a debates que procuravam resguardar a qualidade dos serviços profissionais contábeis.

Na visão de Koliver (1999), o diploma de graduação não é igual à competência plena para o exercício profissional contábil. O autor demonstra sua insatisfação com a formação do contador pelos cursos de graduação no país.

Nesse sentido, Coelho (1999) vê, como aspecto relevante na implantação do exame, a gradativa melhora no ensino da contabilidade. O conceito do Exame de Suficiência foi assim definido pelo CFC:

Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso Técnico em Contabilidade (CFC, 2003, p. 105).

Para ser aprovado no exame, o candidato ao registro profissional deve alcançar, no mínimo, 50% dos pontos possíveis na prova, conforme o artigo 5º da referida Resolução. Fica clara a intenção do CFC em permitir o registro àqueles profissionais que, no mínimo, adquiriram conhecimentos médios em Ciências Contábeis, ou seja, àqueles com potencial de virem a ser bons profissionais contábeis.

Koliver (1999, p. 7) descreve a essência do Exame de Suficiência como:

Um exame de **equalização**, cujo objetivo é garantir a posse, de parte dos recém-formados em cursos de graduação em Contabilidade – tanto de nível médio como superior –, de conhecimentos gerais e técnicos e de algumas habilidades em **nível mínimo**, consoante a formação que **deveriam** possuir, segundo a natureza do curso e de acordo com a **legislação do ensino** vigente.

Portanto, na interpretação de Koliver, o Exame de Suficiência visa avaliar a posse de conhecimentos em nível mínimo, o que, representa 50% do total dos pontos possíveis de serem atingidos. A responsabilidade em formar profissionais com nível mínimo de conhecimentos é da instituição de ensino, como pressupõe a emissão do diploma.

Tem-se que o Exame de Suficiência surgiu da necessidade de garantir um mínimo de qualidade ao exercício profissional. Tal qualidade passou a ser motivo de preocupação face à expressiva evolução do número de oferta de cursos superiores em Ciências Contábeis, como consequência do aumento do número das IES ocorrido nas últimas décadas. O exame contém questões objetivas e é aplicado com provas distintas para os técnicos os bacharéis em Contabilidade. O conteúdo aplicado aos bacharéis está descrito no Quadro 1.

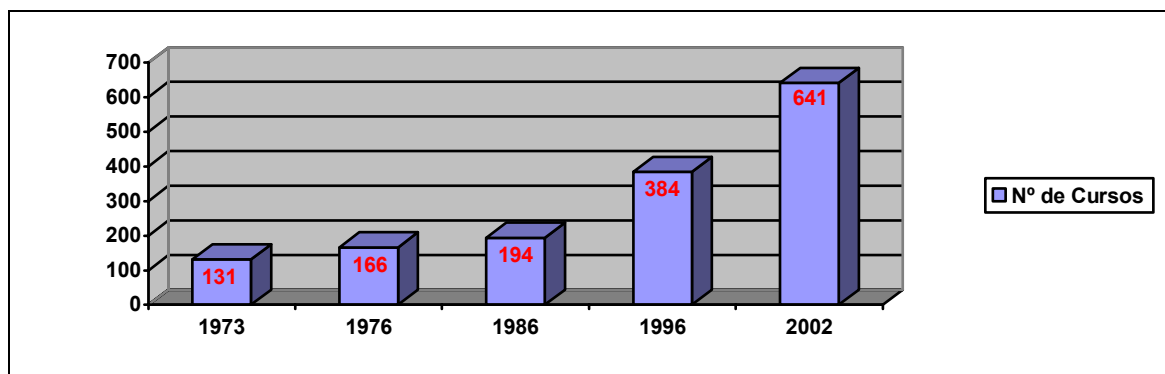
Contabilidade Geral	Matemática Financeira	Perícia Contábil
Contabilidade de Custos	Teoria da Contabilidade	Português
Contabilidade Pública	Legislação e Ética Profissional	Conhecimentos
Contabilidade Gerencial	Princípios e Normas Contábeis	Auditoria Contábil
Noções de Direito Público e Privado	Conhecimentos Econômicos	

Fonte: CFC (2003)

Quadro 1: Conteúdo cobrado no Exame de Suficiência aplicado aos bacharéis

2.3 A Evolução dos Cursos de Ciências Contábeis no Brasil

Os cursos de Ciências Contábeis são oferecidos oficialmente desde 1905, de acordo com Schmidt (2000). A Figura 1 mostra a evolução dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, a partir do ano de 1973.



Fonte: Nossa (1999) e MEC/INEP (2004a)

Figura 1: Gráfico com o número de cursos de Ciências Contábeis

Destaca-se nesta figura, a rápida expansão do número de cursos de Ciências Contábeis, a partir da década de 1990. De 1996 a 2002, ou seja, em sete anos, foram criados 257 cursos e no período de 1973 a 1986 – 13 anos, foram criados 63 cursos. Isto é, 40% dos cursos existentes em 2002 foram criados a partir de 1996.

Do total de 641 cursos existentes em 2002, 515 (80%) são ofertados em instituições privadas. Cabe ressaltar que essa expansão ocorreu com a anuência do governo por meio da Lei nº 9.394, de 1996, que é, em relação às que lhe antecederam, é mais flexível.

A Tabela 1 mostra o número de cursos existentes no Brasil em 2002, por categoria e por região. Destaca-se que 65% dos cursos encontram-se na região Sul e Sudeste do país e de que, em todas as regiões, os cursos são oferecidos majoritariamente por instituições privadas.

Região	Categoria	Univ.	Centro Univert.	Fac. Integ.	Faculdade	Centros Tec.	Total	%
Norte	Pública	10			1		11	29%
	Privada	2	3	2	19	1	27	71%
	Sub-Total	12	3	2	20	1	38	100%
Nordeste	Pública	29			2	1	32	29%
	Privada	8	3	2	59	5	77	71%
	Sub-Total	37	3	2	61	6	109	100%
Sudeste	Pública	16	3		8		27	10%
	Privada	64	37	30	105	2	238	90%
	Sub-Total	80	40	30	113	2	265	100%
Sul	Pública	28			8	1	37	25%
	Privada	61	9	5	35	3	113	75%
	Sub-Total	89	9	5	43	4	150	100%
Centro-Oeste	Pública	18			1		19	24%
	Privada	7	3	11	37	2	60	76%
	Sub-Total	25	3	11	38	2	79	100%
Total Geral	Pública	101	3	0	20	2	126	20%
	Privada	142	55	50	255	13	515	80%
	Total	243	58	50	275	15	641	100%

Fonte: MEC/INEP (2004a)

Tabela 1: Número de cursos de Ciências Contábeis no Brasil em 2002

2.5 O Exame Nacional de Custos (ENC)

Em face da já comentada expansão do número de IES no Brasil e a obrigação constitucional de conduzir o processo de melhoria da qualidade do ensino superior e da

formação profissional para o trabalho, considerando inclusive o Art. 214 da Constituição Federal, o Governo Federal criou o ENC por meio da Lei nº 9.131, de 1995.

Segundo o MEC/INEP (2003b, p. 1) o ENC “foi concebido para avaliar o ensino de graduação ministrado pelas Instituições de Educação Superior - IES, tendo como objetivo maior contribuir para a melhoria da sua qualidade”.

Segundo Benedetti (2003), contribuindo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o ENC visa complementar as avaliações mais abrangentes que analisam os fatores determinantes da qualidade e eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão. O ENC é elaborado com base nas diretrizes e conteúdos curriculares dos cursos de graduação e nas exigências decorrentes dos novos e atuais cenários geopolíticos, culturais e econômicos. Prestam o exame, todos os alunos que estão no ano de conclusão do curso. A participação no ENC, para os alunos, é utilizada como condição para a obtenção do diploma.

São utilizadas regras estatísticas para formatação dos resultados de cada curso no ENC. A esses são atribuídos conceitos, sendo calculadas as seguintes médias: a média geral de cada curso e a média geral da área do curso. O desvio-padrão mede a dispersão da média geral de cada curso em relação à média geral da área do curso.

Os conceitos são distribuídos em cinco faixas (A, B, C, D e E) e, de acordo com a distribuição feita, segundo os critérios do Quadro 2, evita-se a comparação individual dos cursos, caso prevalecessem como nota final a média individual do curso, e evidencia-se a diferença relativa entre os cursos da mesma área.

Conceito	Critério
A	Média acima de 1 desvio-padrão (inclusive) da média geral da área.
B	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio-padrão acima da média geral da área.
C	Média entre 0,5 desvio-padrão abaixo e 0,5 desvio-padrão acima da média geral da área.
D	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio-padrão abaixo da média geral da área.
E	Média abaixo de 1 desvio-padrão

Fonte: MEC/INEP (2003b)

Quadro 2: Critérios de atribuição de conceitos do ENC

2.5.1 A participação dos cursos de Ciências Contábeis no ENC

Em 1996, foi aplicado pela primeira vez o exame para os cursos de Administração, Direito e Engenharia. Na última edição do ENC, em 2003, participaram 26 áreas, entre elas, a de Ciências Contábeis, a qual iniciou sua participação no ENC no ano de 2002. Segundo a Portaria nº 3018, de 21/12/01, e a Portaria nº 3818, de 24/12/02, que estabeleceram os conteúdos e as características do ENC de Ciências Contábeis, ele tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino contábil no país e o seu contínuo aperfeiçoamento com o intuito de formar profissionais com conhecimentos gerais, humanísticos e técnicos necessários ao exercício da profissão contábil.

O ENC de Ciências Contábeis toma como referência que o formando deve apresentar o perfil de um profissional com formação generalista-humanística, teórico-prática e técnico-científica, que tenha postura ética, responsabilidade social, visão crítica global e atualizada do cenário econômico e financeiro nacional e internacional em que se insere a Contabilidade. Além disso, o formando deve, também, ter visão holística, sistêmica e gerencial, e consciência da importância da profissão contábil.

As competências e habilidades gerais que devem ser desenvolvidas pelos graduandos referem-se ao correto uso da língua portuguesa na capacidade de expressão e organização do

pensamento e ao processo de raciocínio lógico nas análises e emissões de opinião. As habilidades específicas referem-se à capacidade de analisar e interpretar os fenômenos que dão origem à prática contábil, utilizando apropriadamente a linguagem contábil na elaboração e análise das informações para fins decisórios.

Os conteúdos da prova de Ciências Contábeis no ENC, que têm como objetivo avaliar os formandos de acordo com as características mencionadas nos dois últimos parágrafos, são os descritos no Quadro 3, conforme as referidas Portarias. O exame aborda temas de Formação Geral e Profissional. Para abordar os temas de Formação Profissional, o exame o divide em Formação Profissional Básica e Formação Profissional Específica.

Para o estabelecimento dos conteúdos e as características do ENC de Ciências Contábeis, são consideradas as definições estabelecidas pela Comissão de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis nomeada pelo MEC. Segundo Benedetti (2003), essas comissões são compostas por especialistas de notório saber atuantes na área.

Temas	Conteúdos
Formação Geral	Língua Portuguesa
	Noções de Direito
	Noções de Ciências Sociais
	Ética Geral e Profissional
Formação Profissional Básica	Administração Geral
	Economia
	Direito Aplicado (Incluindo Legislação societária, comercial, trabalhista e tributária)
	Matemática
	Estatística
Formação Profissional Específica	Contabilidade Geral
	Teoria da Contabilidade (incluindo Normas Brasileiras de Contabilidade)
	Análise das Demonstrações Financeiras
	Auditoria
	Administração Financeira e Orçamento Empresarial
	Contabilidade Pública
	Contabilidade e Análise de Custos

Fonte: MEC/INEP (2003c)

Quadro 3: Conteúdo da prova de Ciências Contábeis no ENC

3 MÉTODO DE PESQUISA

3.2 Classificação da Pesquisa

Considerando os dados e as informações obtidos nas bases de dados do MEC e do CRCPR, e da entrevista que foi realizada por meio da aplicação de questionário, a pesquisa é quantitativa, pois traduz em números as respostas convergentes e divergentes a respeito dos resultados dos exames. Tem também uma abordagem qualitativa, pois foram interpretadas as opiniões dos entrevistados que não podem ser mensuradas, por se tratarem de opiniões abertas e subjetivas a respeito do ensino contábil.

Os procedimentos técnicos que foram utilizados na pesquisa são os de pesquisa documental, levantamento e pesquisa de campo. A pesquisa documental, para Godoy (1995), “consiste no exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”. Para Gil (2002), o levantamento busca a precisão estatística. Para Cervo e

Bervian (2002), na pesquisa de campo procura-se saber a opinião das pessoas que têm relação com o assunto discutido.

3.3 População e Amostra

Esta pesquisa desenvolveu-se na região norte do Paraná, onde, de acordo com a base de dados do INEP, consultada em abril de 2004, existem vinte e dois cursos de Ciências Contábeis, e a sua escolha para a realização da pesquisa justifica-se pela conveniência e por ser a segunda região com maior número de cursos de Ciências Contábeis do Estado.

Considerando a delimitação deste estudo, uma vez que seis cursos da região ainda não foram reconhecidos, a amostra foi composta por dezesseis cursos que atendem aos critérios mencionados de autorização e reconhecimento. Estes cursos estão relacionados na Tabela 2 que os demonstram ordenados pela sua data de autorização junto ao MEC.

Instituição	Tipo	Cidade	Autorização	Reconhecimento
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari	Pública	Mandaguari	18/06/1966	24/05/1991
Universidade Estadual de Londrina	Pública	Londrina	26/10/1971	27/09/1976
Universidade Estadual de Maringá	Pública	Maringá	30/10/1972	21/09/1976
Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	Pública	Apucarana	08/02/1974	15/02/1979
Faculdade Paranaense	Privada	Rolandia	09/05/1974	13/12/1976
Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí	Pública	Paranavaí	24/05/1976	28/05/1980
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	Pública	Campo Mourão	15/02/1979	14/10/1982
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	Pública	Cornélio Procópio	16/02/1981	15/09/1983
Universidade Paranaense	Privada	Umuarama	20/03/1981	03/08/1983
Universidade Estadual de Maringá	Pública	Cianorte	16/07/1985	24/05/1991
Centro Universitário de Maringá	Privada	Maringá	12/04/1994	03/08/1999
Universidade Norte do Paraná	Privada	Londrina	02/12/1994	07/11/2001
Faculdades Integradas do Vale do Ivaí	Privada	Ivaiporã	18/11/1995	10/04/2002
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul	Privada	Jandaia do Sul	16/02/1998	11/03/2002
Centro Universitário Filadélfia	Privada	Londrina	16/12/1998	17/07/2003
Faculdade do Norte Pioneiro	Privada	Santo Antonio da Platina	01/07/1999	24/08/2004

Fonte: MEC/INEP (2004a)

Tabela 2: Amostra da pesquisa

Dos dezesseis cursos que foram pesquisados, 50% são de instituições privadas de ensino e 50% são de instituições públicas de ensino. Os cursos oferecem em conjunto um total de 1.285 vagas por ano. Os cursos têm em média vinte anos de existência e estão reconhecidos em média há quinze anos. Nota-se que houve uma predominante abertura de cursos nas instituições públicas nas décadas de 70 e 80 e, a partir da década de 90, a predominância foi de abertura de cursos em instituições privadas.

3.4 Coleta de Dados

Primeiramente, foram obtidos os resultados do ENC de Ciências Contábeis junto à base de dados do INEP, disponível no *site* do MEC, e, os resultados do Exame de Suficiência

junto à base de dados do CRCPR. Estes últimos foram coletados por meio de uma solicitação formal para o CRCPR feita em 09/07/2004, solicitando números de aprovados e reprovados no exame por curso no estado do Paraná. Tal pedido foi concedido em 16.07.2004.

Com base nos dados obtidos do ENC e do Exame de Suficiência, foi elaborado um questionário com o objetivo de conhecer a opinião dos coordenadores dos cursos sobre os resultados dos exames. Para alcançar um número satisfatório de retorno dos questionários enviados aos coordenadores, eles foram aplicados por meio de entrevistas pessoais.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Resultados Coletados do Exame de Suficiência

O Exame de Suficiência vem sendo aplicado no Brasil desde 2000. Seus resultados compreendem as nove primeiras edições realizadas entre março de 2000 a março de 2004. Participaram pouco mais de dois mil candidatos e, destes, 58% foram aprovados e 42% foram reprovados. Os resultados gerais da amostra foram divididos em dois grupos. O 1º grupo contém os oito cursos oferecidos em instituições públicas. O 2º grupo é formado por oito cursos oferecidos em instituições privadas. Os resultados do 1º grupo estão na Tabela 3.

Edições	Data	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	Março de 2000	55	50	91	5	9
2ª	Setembro de 2000	84	48	57	36	43
3ª	Março de 2001	148	107	72	41	28
4ª	Setembro de 2001	149	82	55	67	45
5ª	Abril de 2002	240	163	68	77	32
6ª	Setembro de 2002	185	100	54	85	46
7ª	Março de 2003	97	61	63	36	37
8ª	Setembro de 2003	157	111	71	46	29
9ª	Março de 2004	144	85	59	59	41
Total		1.259	807	64	452	36

Fonte: CRCPR (2004)

Tabela 3: Resultados dos exames dos cursos da amostra – instituições públicas

Três cursos de duas instituições públicas têm os melhores resultados da amostra, no que se refere ao índice percentual de candidatos aprovados. Estes números são melhor interpretados se comparados aos números dos cursos do 2º grupo da Tabela 4.

Edições	Data	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	Março de 2000	14	11	79	3	21
2ª	Setembro de 2000	34	17	50	17	50
3ª	Março de 2001	93	52	56	41	44
4ª	Setembro de 2001	69	23	33	46	67
5ª	Abril de 2002	131	67	51	64	49
6ª	Setembro de 2002	93	27	29	66	71
7ª	Março de 2003	90	49	54	41	46
8ª	Setembro de 2003	78	36	46	42	54
9ª	Março de 2004	154	70	45	84	55
Total		756	352	47	404	53

Fonte: CRCPR (2004)

Tabela 4: Resultados dos exames dos cursos da amostra – instituições privadas

Podem ser feitas algumas inferências a respeito dos cursos da amostra.

- do total de alunos formados por 75% da amostra (especificamente a 12 cursos), praticamente metade é reprovada no Exame de Suficiência.
- deste número de 12 cursos, cinco deles são de instituições públicas. Ou seja, em 63% dos cursos de instituições públicas, quase metade dos alunos é reprovada no Exame de Suficiência.
- dos alunos formados em cursos de instituições privadas, mais da metade é reprovada no Exame de Suficiência. Em alguns cursos, cerca de 70% dos alunos são reprovados.
- a região norte do estado do Paraná, possui 12 cursos de Ciências Contábeis que possuem índices de reprovação maiores do que os índices da média regional e da média nacional.
- cerca de 42% dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis da região norte do Paraná são reprovados no Exame de Suficiência. Índice este maior do que a média regional e nacional.

4.2 Resultados Coletados do ENC

Em relação à amostra desta pesquisa, em 2002 participaram do ENC treze cursos, sendo que seis deles eram de instituições públicas e sete de instituições privadas. Fizeram o exame, neste ano, 582 alunos.

Em 2003, participaram do ENC todos os dezesseis cursos da amostra, desta vez, com a presença de 1.004 alunos. A distribuição de conceitos dos cursos da amostra é demonstrada na Tabela 5.

Ano	CA	Nº de cursos	Conceitos - %				
			A	B	C	D	E
2002	Pública	6	17	0	67	0	17
	Privada	7	0	0	57	29	14
	Total	13	8	0	62	15	15
2003	Pública	8	12	25	12	37	12
	Privada	8	12	0	62	12	12
	Total	16	12	12	37	25	12

Fonte: MEC/INEP (2004)

Tabela 5: Distribuição de conceitos dos cursos da amostra – por categoria administrativa

Em 2002, 62% dos cursos obtiveram conceito C, e, em 2003, 37% dos cursos alcançaram o mesmo resultado. A redução significativa de cursos com este conceito deve-se ao fato de que em 2003, participaram pela primeira vez, dois cursos de instituições públicas que alcançaram conceitos A e B e um curso de instituição privada que alcançou conceito D. Além disso, dois cursos que haviam alcançado conceito C em 2002, obtiveram conceitos D e E no ano seguinte.

4.4 Resultados Coletados da Aplicação do Questionário

Nesta seção serão descritas as opiniões dos coordenadores a respeito dos resultados dos exames. Foram realizadas dezesseis entrevistas, das quais quatorze delas foram feitas pessoalmente e duas foram feitas através de envio do questionário pelo correio.

O questionário aplicado foi dividido em duas perguntas gerais que foram, posteriormente, tabuladas. A Tabela 6 apresenta um breve perfil dos coordenadores entrevistados.

Formação Acadêmica	Quantidade	Proporção	Homens	Mulheres
Especialista	9	56%	7	2
Mestre em Ciências Contábeis	4	25%	3	1
Mestre em Outras Áreas	3	19%	2	1
Total	16	100%	12	4

Tabela 6: Perfil dos Coordenadores Entrevistados

Todos os nove coordenadores especialistas possuem este título na área contábil. Apenas 25% dos cursos da amostra são coordenados por mestres em Ciências Contábeis. Pode-se argumentar que este perfil deve-se, particularmente, ao reduzido número de mestrados em Ciências Contábeis no Brasil (atualmente são 8 mestrados reconhecidos pela Capes).

Todos os dezesseis coordenadores entrevistados possuem mais de cinco anos de experiência docente, sendo quatro mulheres e doze homens. Apenas um coordenador não exercia este cargo nos anos de 2002 e 2003, períodos em que foram realizadas as edições do ENC. Portanto, quinze coordenadores exercem este cargo há pelo menos três anos.

4.4.1 Opinião dos coordenadores sobre os resultados dos exames (1ª pergunta)

A pergunta central que buscou conhecer a opinião dos coordenadores a respeito dos resultados dos exames foi: **“Como podem ser avaliados, de forma geral, os resultados do Exame de Suficiência e o do Exame Nacional de Cursos?”**

Em relação ao ENC, conforme demonstra a Tabela 7, oito coordenadores disseram que os resultados diferenciam os cursos em termos qualitativos e outros oito coordenadores disseram que há limitações para isso. Destes últimos, sete coordenadores apontam a falta de comprometimento do aluno e a diferença entre o foco do curso e do ENC, como principais limitações.

Respostas	Nº de Respostas	%
Sim, totalmente	8	50
Sim, porém, há algumas limitações.	7	44
Não	1	6
Total	16	100

Tabela 7: Opinião dos coordenadores sobre os resultados do ENC

Ainda em relação ao ENC, como demonstra a tabela 8, um pouco mais da metade dos coordenadores entende que o conceito C, alcançado pela maioria dos cursos, é um conceito que indica uma qualidade média do curso. Para três coordenadores, o conceito indica que a qualidade do curso é ruim.

Respostas	Nº de Respostas	%
Média	9	56
Se o curso for de IE Pública – Ruim	4	25
Se o curso for IE Privada – Bom		
Ruim	3	19
Total	16	100

Tabela 8: Opinião sobre a classificação dos conceitos do ENC

Para os doze coordenadores, da 1ª e da 3ª linha da Tabela 8, o conceito C indica que o curso precisa de melhorias. Para um destes onze coordenadores “é sinal de que falta alguma coisa na formação dos alunos destes cursos”.

Porém, para outros quatro coordenadores, da 2ª linha, se o curso que tem conceito C for de instituição privada, o curso pode ser considerado de boa qualidade, e, se for de instituição pública, pode ser considerado de qualidade ruim. A justificativa é que como a instituição pública é gratuita, ela tem um processo de seleção melhor. Na instituição privada, o processo de seleção é ineficiente.

Há aqui, por parte dos coordenadores, um entendimento de que nas instituições públicas entram os alunos mais bem preparados nos níveis de ensino anteriores ao nível superior, e nas instituições privadas, acabam entrando alunos que não tiveram uma boa formação anterior. Por essa razão, segundo um coordenador toda instituição pública deveria ter conceito A.

Para um outro coordenador “as instituições privadas recebem alunos de qualidade inferior e precisam fazer todo um trabalho de recuperação do aprendizado de 1º e 2º graus”. Para este coordenador, se nestas circunstâncias, o curso atinge conceito C, pode-se afirmar que foi feito um bom trabalho, ou seja, que o curso tem boa qualidade.

Entretanto, houve coordenadores que, mesmo coordenando cursos com conceitos D ou E, admitiram que o conceito C é um conceito que indica qualidade média. Ou seja, reconhecem que o curso que coordenam está abaixo da média, em termos de qualidade.

O objetivo, com esta questão, era encontrar uma classificação qualitativa para os conceitos. Infere-se, diante do exposto que os conceitos A e B são conceitos ótimo e bom, respectivamente. O conceito C é médio, e os conceitos D e E são conceitos ruins.

Pode-se inferir então que, segundo os resultados do ENC de 2003, apenas quatro cursos da região são considerados com qualidade acima da média, seis cursos estão na média e outros seis cursos são de qualidade ruim. Em outras palavras, segundo tais critérios, 12 cursos (75%) da amostra possuem qualidade média ou abaixo da média.

Se forem considerados os critérios dos 4 coordenadores a respeito das categorias administrativas das instituições, pode-se ter uma classificação um pouco diferente conforme a Tabela 9.

Conceitos	Cursos de Instituições Privadas				Cursos de Instituições Públicas			
	A/B	C	D/E	Total	A/B	C	D/E	Total
Nº Cursos	1	5	2	8	3	1	4	8

Tabela 9: Classificação dos conceitos segundo as categorias administrativas

Cinco dos oito cursos de instituições privadas possuem boa qualidade por conseguirem atingir o conceito C, e, cinco dos oito cursos de instituições públicas possuem qualidade insuficiente por terem alcançado conceito C, D e E. Neste caso, 7 cursos (43,75%) da amostra possuem qualidade ruim. Estes 7 cursos estão destacados em destaque na Tabela 9.

No entanto, independentemente da classificação usada, o fato é que apenas quatro cursos dos dezesseis, ou seja, 25% alcançaram conceitos A e B que podem ser considerados como atribuíveis a cursos capazes de formar profissionais contábeis de qualidade. Isso por que mesmo classificando o conceito C para um curso de instituição privada como reflexo de um curso de boa qualidade, os coordenadores com esta opinião reconhecem que a formação do profissional, sob ponto de vista do ENC, é incompleta, ou seja, falta alguma coisa. O

formado vai para o mercado sem uma formação plena, independentemente se isso é responsabilidade de uma formação fundamental e média ruim ou não.

Em relação ao Exame de Suficiência, de acordo com a Tabela 10, a maioria dos coordenadores (75%) acha que seus resultados indicam plenamente o nível de preparação dos egressos para o exercício da profissão contábil.

Respostas	Nº de Respostas	%
Sim	12	75
Sim, com algumas limitações.	2	12
Não	2	12
Total	16	100

Tabela 10: Opinião sobre o Exame de Suficiência

A Tabela 11 demonstra que para 50% dos coordenadores, o fato de que aproximadamente 50% dos alunos reprovam neste exame, se deve a problemas com os próprios alunos. Entretanto, 44% deles, reconhecem que isso indica problemas nos cursos.

Respostas	Nº de Respostas	%
Problemas com os próprios alunos	8	50
Problemas nos cursos	7	44
Normal	1	6
Total	16	100

Tabela 11: Opinião sobre a reprovação dos alunos no Exame de Suficiência

Todos os coordenadores foram unânimes em afirmar que os 50% dos alunos que reprovam no Exame de Suficiência de fato não têm conhecimentos mínimos para exercer a profissão. A Tabela 12 fornece a possibilidade de uma análise conjunta dos resultados de ambos os exames.

Resultados	ENC	Exame de Suficiência
Conceito A/B	25%	-
Conceito C/D/E	75%	-
Alunos aprovados		25%
Alunos reprovados		75%
Total	100%	100%

Tabela 12: Análise conjunta dos resultados

De acordo com esta Tabela, 12 cursos (75%) da amostra obtiveram no máximo conceitos C, D e E no ENC e, também, 12 cursos (75%) possuem índices de reprovação em torno de 50% no Exame de Suficiência. Em outras palavras, é legítimo afirmar que se um curso tem conceitos médios ou abaixo da média no ENC, espera-se que seus alunos (a maioria ou quase a maioria) seja reprovada no Exame de Suficiência.

Infer-se, portanto, que a maioria dos cursos da região não possui qualidade suficiente para formar profissionais contábeis aptos para atuar no mercado de trabalho com qualidade, de acordo com os resultados de ambos os exames e das opiniões dos coordenadores. Resta, portanto, conhecer alguns fatores que contribuem para o alcance destes resultados e isso será visto adiante.

4.4.2 Opinião dos coordenadores sobre as causas dos resultados (2ª pergunta)

A pergunta central que buscou conhecer a opinião dos coordenadores sobre os fatores que contribuem para o alcance dos resultados nos exames foi: **“Quais fatores que mais contribuem, de forma geral para os atuais desempenhos dos alunos em ambos os exames?”**

Buscou-se identificar, os fatores que causam a ineficiência da qualidade dos cursos. Isso foi feito para descobrir se esta ineficiência deve principalmente, ao corpo docente, aos alunos ou à estrutura dos cursos.

A Tabela 13 apresenta um panorama geral dos problemas descritos pelos coordenadores. Está ordenada pelos problemas mais mencionados para os menos mencionados. Estes problemas, segundo os entrevistados, são os que prejudicam a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, e, conseqüentemente, prejudicam o alcance de resultados satisfatórios dos cursos no ENC e dos alunos no Exame de Suficiência.

Respostas	Nº de Respostas	%
Despreparo do aluno para o curso superior	13	87
Sistema de recuperação do aprendizado	11	73
Laboratório	8	53
Regime de trabalho	5	33
Falta de professores	3	20
Biblioteca	3	20
Qualificação docente	2	13
Comprometimento de professores	2	13
Recursos Pedagógicos	2	13
Falta de exigência de pesquisas para publicações	2	13
Falta de titulação do corpo docente	1	7
Comprometimento de alunos	1	7
O curso não prepara o professor	1	7

Tabela 13: Panorama geral dos problemas que afetam o processo de ensino-aprendizagem

Para os coordenadores, o despreparo do aluno para o curso superior é o problema que mais afeta a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis da região. O aluno de hoje, segundo os coordenadores, não tem uma formação de base adequada e, por isso, tem dificuldades para acompanhar um curso superior.

Os coordenadores apontaram a escola pública de nível fundamental e médio como a que não possui qualidade, embora existam exceções. Segundo o coordenador de curso de instituição pública que obteve os melhores resultados no ENC e no Exame de suficiência, em seu curso, 40% dos alunos vêm de escola pública e estes apresentam as maiores dificuldades no acompanhamento do curso.

Sendo o despreparo anterior do aluno o maior problema, é natural que os cursos busquem amenizar isto com ações que propiciem que o aluno supere suas dificuldades. Entre outras ações, há o sistema de avaliação que deve contemplar os critérios para aprovação nas disciplinas do curso. Disto decorre a alternativa do sistema de recuperação do aprendizado, que é o 2º maior problema citado.

O fato de não existir um processo sistemático que recupere o aprendizado do aluno que, independente do motivo, não alcançou conhecimento suficiente para ser aprovado de forma direta, trás consigo ou é seu próprio resultado, o problema do paternalismo. O impacto disso pode ser assim descrito:

- **Paternalismo:** se um aluno nas provas normais não atinge nota mínima para aprovação no ano letivo, tem que fazer uma prova de recuperação. Neste caso, a média, em muitos cursos cai, exatamente para facilitar a aprovação do aluno. Do dia da última prova até o dia da prova de recuperação, e isso ocorre em quase todos os cursos da amostra, o aluno não conta com aulas que visam recuperar seu aprendizado e prepará-lo para prova definitiva. Assim, é propiciado aos professores aplicarem provas fáceis para poderem aprovar alunos que não alcançaram conhecimentos suficientes para passar para o período letivo seguinte. Essa prática, repetida durante os anos do curso e em quase todas as disciplinas, cria uma cultura paternalista, difícil de mudar, que mais prejudica do que ajuda, e que possui reflexos diretos nos resultados do ENC e do Exame de Suficiência, uma vez que tal sistema não só aprova alunos despreparados, mas também os mantém assim até o final do curso, em função da cultura que se criou. Ou seja, a médio e longo prazos, o próprio curso (também a instituição) e o próprio aluno são prejudicados. Evidentemente que o paternalismo não está presente apenas nesse item (sistema de recuperação do aprendizado), mas foi objetivamente constatado nele. Se o aluno já vem com deficiências do ensino fundamental e médio, não ter sistema formal de recuperação do aprendizado só agrava esse problema.

O terceiro maior problema citado pelos coordenadores refere-se ao Laboratório de Informática dedicado ao curso de Ciências Contábeis. Para um coordenador “se o curso oferece a estrutura, mais cedo ou mais tarde o aluno vai se beneficiar dela”.

O quarto maior problema enfrentado pelos cursos é o regime de horário dos professores. Cinco coordenadores disseram ser este um dos problemas. Destes, dois são de instituições públicas e três de instituições privadas. Para todos os quinze entrevistados, o regime de horário do professor é importante para atendimento aos alunos fora de sala de aula, participação em reuniões e envolvimento maior com a instituição e com o curso. Porém, é para alcançar a melhoria do processo de ensino-aprendizagem que os coordenadores pensam ser o regime de trabalho, um fator importante. Isso porque, segundo um coordenador:

O professor pago por hora aula, não tem tempo de assistir aos alunos e de preparar melhores aulas, além de aulas mais atualizadas. Também não tem tempo para pesquisa. Muitas vezes o aluno não se sente confortável de fazer perguntas dentro de sala de aula, então se ele tem a disponibilidade do professor, ele, numa conversa individual, se solta mais, consegue até se expressar melhor, perde o medo.

Para um outro coordenador “o regime de trabalho maior possibilita que professores preparem melhor suas aulas e até dêem aulas de nivelamento”. Este é um ponto que poderia amenizar o problema do aluno que entra no curso superior sem uma formação de base adequada.

5. CONCLUSÃO

Com relação ao ENC, considerando os padrões de avaliação oficial do MEC, dos dezesseis cursos pesquisados, apenas três possuem qualidade para formar profissionais aptos para atender o mercado. Tais cursos obtiveram conceitos A ou B nas duas edições do exame. Tais conceitos foram qualificados pelos próprios coordenadores dos cursos como conceitos que expressam ótima qualidade.

Com relação ao Exame de Suficiência, considerando os padrões de avaliação do CFC, apenas um curso possui qualidade para formar profissionais aptos para atender o mercado.

Este curso possui um índice médio de 90% de candidatos aprovados neste exame. Além disso, três outros cursos possuem índice médio de aprovação de 73% e 65%, e tais cursos podem ser considerados como sendo cursos de qualidade, no mínimo acima da média nacional que é de 50%.

A suposição desta pesquisa é aceita, ou seja, a maioria dos cursos não possui qualidade suficiente, tendo por base os resultados dos exames, e duas das causas desta ineficiência é o inadequado regime de trabalho do corpo docente e o despreparo dos alunos para o curso superior.

Pode-se afirmar que, como os alunos, predominantemente, vêm de uma formação deficiente no ensino fundamental e médio, eles precisam encontrar no curso superior algo que os faça superar estes problemas, para poderem de fato, tornarem-se bacharéis com qualidade. Porém, essa não é uma função do curso superior. Como a maior parte dos professores é horista, ainda que tivessem boa vontade, não teriam tempo disponível para ajudar alunos com essas deficiências. Daí, os resultados do ENC e do Exame de Suficiência serem quando muito, apenas medianos.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Ieda Maria Munhós. **O Provão em Questão: o passado presente e perspectivas para a avaliação universitária**. Maringá: Dental Press, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 853 de 1999. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. **Legislação da Profissão Contábil**. Brasília: CFC, 2003.

COELHO, José Martônio Alves. Exame de Suficiência: um passo adiante. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 28, n. 117, Brasília, 1999.

CRCPR – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatórios emitidos pelo CRCPR onde constam dados sobre os resultados das primeiras nove edições do Exame de Suficiência com suas respectivas datas de realizações e com dados sobre a quantidade de alunos aprovados e reprovados por instituição de ensino**. Julho de 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S.. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo v. 35, n.2, p. mar/ag. 1995. p.26.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. As Faculdades de Ciências Contábeis e a Formação do Contador. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 15, n. 56, p. 50-56, 1986.

KOLIVER, Olívio. O Exame de Suficiência e as Prerrogativas Profissionais. In: **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, n. 98, Porto Alegre, 1999.

MARION, José Carlos. **O ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.

MEC/INEP - Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Síntese – Provão 2002**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/provao/sintese/2002/capitulo3.htm>> Acesso em: 15 dez. 2003b.

MEC/INEP – Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Síntese 2002. **Ministério da Educação**. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/provao/> . Acesso em 02 março 2004.

MEC/INEP - Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em: 25 jun. 2004a.

NOSSA, Valcemiro. Formação do Corpo Docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica. In: **Caderno de Estudos da Fipecafi**, São Paulo, v.11, n. 21, maio/agosto 1999, p. 74-92.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.